

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Alterações significativas	6
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	7

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	8
10.2 - Resultado operacional e financeiro	13
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	14
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	15
10.5 - Políticas contábeis críticas	16
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	20
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	21
10.8 - Plano de Negócios	22
10.9 - Outros fatores com influência relevante	23

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1/2. Descrição de gerenciamento de riscos e de riscos de mercado adotada pela Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos

a) Riscos para os quais busca proteção e b) Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A organização tem a orientação estratégica de conduzir seus negócios de forma segura, transparente e conservadora, com o foco primordial em buscar a maximização dos resultados através das atividades específicas da Companhia, estabelecidas em seu Estatuto Social (*core business*). Desse modo, o corpo de seus principais executivos estabelece políticas internas que visam proteções naturais para os riscos de abastecimento de matéria-prima, riscos mercadológicos, risco de crédito, e riscos de liquidez e *funding*, além da tradicional terceirização do risco patrimonial e de responsabilidade civil, através da gestão de contratos de seguro.

c) Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

A empresa busca viabilizar proteções naturais para mitigar riscos. Dentre elas, encontram-se: Níveis mínimos de estoque de matéria-prima de acordo com a safra de arroz e a demanda doméstica e internacional; organização, estudos e avaliações quanto à demanda do varejo brasileiro e mercado de exportações, além do monitoramento das ações da concorrência; utilização de ferramentas de análise técnica e gestão de crédito; determinação e manutenção de níveis mínimos de liquidez financeira e política clara de financiamento da operação e para investimentos; além da própria utilização de recebíveis em moeda estrangeira como *hedge* natural as importações da companhia.

Nas operações específicas onde matéria-prima importada compõe de forma substancial mercadorias vendidas no mercado interno, há uma política comercial clara de proteção de margem quanto às variações cambiais através de ajuste de preços de venda, como também operações com fator de ajuste de preço variável dependendo da variação cambial da matéria-prima.

Seguros

Em relação à proteção do imobilizado e responsabilidade civil da companhia, a empresa se utiliza do mercado segurador brasileiro e da contratação de apólices específicas no sentido de terceirizar esse risco.

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo,	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Dezembro 2017

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

	fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.			
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Junho 2017
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Junho 2017
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Junho 2017
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Abril 2018
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Abril 2018
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Abril 2017

d) Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A Companhia utiliza parâmetros próprios determinados por seus principais executivos, de acordo com a estratégia global da organização e da percepção de fatores externos. Em casos específicos como na gestão financeira corrobora políticas e objetivos de acordo com a comparação de índices de liquidez, endividamento, medidas de inadimplência de carteira e provisão com outras empresas do mesmo porte e segmento.

e) Instrumentos Financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A empresa não possui qualquer instrumento de Hedge financeiro contratado, que não as operações de SWAP para troca de moeda (moeda estrangeira => CDI) descritas no item 5.1..

f) Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A estrutura da Companhia responsável pelo controle e gerenciamento de riscos é composta pelo grupo gerencial e diretoria executiva.

g) Adequação da estrutura operacional e controles internos para a verificação da efetividade da política adotada

A Companhia dispõe da Auditoria externa e de um Conselho de Administração ativo como ferramentas de fiscalização das políticas adotadas e objetivos perseguidos pelo grupo gerencial e dos diretores executivos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Descrição do gerenciamento de risco de mercado

Respondido no item 5.1.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5.3 Controles internos

- a) Principais práticas: Análises de relatórios no ERP principal e ERP gerencial da companhia, bem como confronto de informações com planilhas auxiliares de gestão e relatórios contábeis da empresa.
- b) Estruturas organizacionais envolvidas: Grupos mistos que englobam Diretoria, Gerências, Coordenadores e supervisores de área em estruturas de linha e cruzadas entre áreas distintas.
- c) A eficiência dos controles é supervisionada diretamente pelo Diretor Administrativo Financeiro e pelo Diretor Operacional da Companhia.
- d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório de auditoria independente: a Administração da companhia entende não haver deficiências significativas e relevantes que justifiquem ênfase nessa seção.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

5.4. Informar se houve, em relação ao último exercício social, alterações significativas nos principais riscos de mercado à que a Companhia está exposta, ou na política de gerenciamento de riscos adotada

A política austera do Banco Central manteve a Selic em 14,25% na maior parte do ano, fazendo com que a taxa de juros média praticada no mercado fosse a mais alta dos últimos 10 anos. Esse contexto, de maior risco e menor liquidez, colaborou para a redução dos níveis de inflação, às custas porém da drástica queda da atividade econômica e aumento severo do desemprego.

O câmbio por sua vez registrou apreciação de 19% no período, recuperando parte da depreciação de 47% do ano anterior, partindo de R\$ 4,04 para R\$ 3,26 ao final do período, o que afetou a competitividade das exportações.

A safra do arroz em 2016 apresentou uma produção de 10,6 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 7,4 milhões de toneladas. A quebra da produção de arroz no Brasil foi de 14,5% menor em comparação ao ano anterior. A produtividade média no Brasil foi de 5.280 Kg/ha, pouco inferior do que a da safra anterior, que havia sido de 5.526 kg/ha. Neste cenário o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2016 foi de R\$ 45,20, 25% acima dos R\$ 36,23 no exercício de 2015.

Diante do nível mais elevado dos preços praticados, de pressões inflacionárias e dos profundos impactos negativos no nível de emprego e renda da população diante desse cenário de recessão, a JOSAPAR resguardou suas margens. A performance da operação é fruto da eficiência estratégica e das políticas de gerenciamento de riscos adotadas pela organização, as quais sofrem contínuas adequações e adaptações a fim de redefinir objetivos em função da dinâmica do mercado na qual se encontra inserida, visando reavaliar processos, bem como identificar e aproveitar oportunidades típicas de um cenário ora adverso.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.5. Outras informações relevantes sobre gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações relevantes sobre gerenciamento de riscos e controles internos

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1 Os diretores devem comentar sobre:****(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais:**

O cenário macroeconômico de 2016 seguiu desanimador para o Brasil. De um total de 38 países que divulgaram o PIB até a presente data – e que representam 80% da economia mundial - o Brasil aparece em última posição, atrás da Grécia, e o único com PIB negativo. O país registrou o segundo e consecutivo pior PIB da história, com retração de 3,6% em 2016, de uma base já retraída 3,8% no ano anterior, pontuando a pior recessão da história da nação.

A economia doméstica se apresentou de uma maneira mais negativa do que a esperada, e nem mesmo a mudança de governo a partir do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff no final de agosto mudou esse cenário.

A política austera do Banco Central manteve a Selic em 14,25% na maior parte do ano, fazendo com que a taxa de juros média praticada no mercado fosse a mais alta dos últimos 10 anos. Esse contexto, de maior risco e menor liquidez, colaborou para a redução dos níveis de inflação, às custas porém da drástica queda da atividade econômica e aumento severo do desemprego.

O câmbio por sua vez registrou apreciação de 19% no período, recuperando parte da depreciação de 47% do ano anterior, partindo de R\$ 4,04 para R\$ 3,26 ao final do período.

Mais uma vez não houve quaisquer evoluções em temas cruciais como reforma tributária, política e desenvolvimento de infraestrutura no país, havendo ainda sensível piora nas condições de financiamento de investimento oferecidas pelo BNDES, mantendo a total inércia em investimentos de bens de capital no país.

Especificamente aos segmentos de atuação da Companhia, observou-se que a safra do arroz em 2016 apresentou uma produção de 10,6 milhões de toneladas, respondendo o estado do Rio Grande do Sul com a parcela de 7,4 milhões de toneladas. A quebra da produção de arroz no Brasil foi de 14,5% menor em comparação ao ano anterior. A produtividade média no Brasil foi de 5.280 Kg/ha, pouco inferior do que a da safra anterior, que havia sido de 5.526 kg/ha. Neste cenário o preço médio da saca de arroz em casca de 50kg no exercício de 2016 foi de R\$ 45,20, 25% acima dos R\$ 36,23 no exercício de 2015. Diante do nível mais elevado dos preços praticados, de pressões inflacionárias e dos profundos impactos negativos no nível de emprego e renda da população diante desse cenário de recessão, a JOSAPAR resguardou suas margens. A performance da operação é fruto da eficiência estratégica e proatividade da Companhia somado aos investimentos em gestão de processos e equipamentos.

Resumo comparativo consolidado dos exercícios de 2016 e 2015:

	2016 (R\$ Mil)	2015 (R\$ Mil)	Variação R\$ Mil e p.p.
Vendas Brutas	1.300.178	1.174.074	126.104

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Vendas Líquidas	1.172.311	1.056.831	115.480
Lucro Bruto	390.056	347.509	42.547
% LB s/VL	33,3%	32,9%	0,4 p.p.
Ebitda	131.524	103.146	28.378
% Ebitda s/VL	11,2%	9,8%	1,4 p.p.
Lucro Líquido	30.701	24.176	6.525
% LL s/VL	2,6%	2,3%	0,3 p.p.
Dividendos	8.750	6.890	1.860

A margem bruta da Companhia foi de 33,3% das vendas líquidas (Lucro bruto de R\$ 390 milhões), R\$ 42,5 milhões superior ao exercício de 2015. A amplitude no nível de preços da principal matéria prima da Companhia atenuou os efeitos da inflação sobre os custos, da concentração do varejo e do aumento de competitividade do setor no Brasil. Tais fatores influenciaram diretamente nas margens da Companhia no decorrer deste exercício.

No encerramento do exercício o endividamento bancário líquido, considerando inclusive os financiamentos para investimentos da Companhia era de R\$ 489 milhões. As despesas financeiras líquidas no exercício foram de R\$ 44,5 milhões.

Considerando o saldo do endividamento bancário líquido e subtraindo deste valor as contas de clientes, estoques e adiantamentos fornecedores e somando a conta de fornecedores o saldo ajustado é um capital de giro próprio de R\$ 163,7 milhões, contra R\$ 99,4 milhões no final do exercício anterior. O nível de endividamento líquido da JOSAPAR está em linha com a estratégia operacional da Companhia.

A melhora da margem, os ganhos de escala e a diluição das despesas colaboraram para um resultado operacional que atenuou o crescimento das despesas financeiras, impactadas diretamente pelo crescimento da taxa Selic e dos spreads bancários no ano. Tais fatores resultaram no crescimento do lucro líquido do exercício, de R\$ 30,7 milhões (R\$ 2.901 mil pelo lote de 1.000 ações). No ano anterior o Lucro Líquido foi de R\$ 24,2 milhões (R\$ 2.285 mil pelo lote de 1.000 ações).

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações.

- A estrutura de capital, mensurado principalmente em relação a dívida financeira líquida e EBITDA, estão compatíveis ao nosso giro operacional e capacidade de pagamento.

- Resgate de ações, não se aplica a companhia.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A JOSAPAR é uma empresa sólida e cumpridora de todos os seus compromissos e goza de um excelente relacionamento com seus fornecedores e instituições financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O fluxo de caixa operacional da companhia bem como os recursos disponíveis, é adequado para fazer frente aos compromissos financeiros de curto e longo prazo.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados pela companhia.

Os investimentos em ativos não circulantes da companhia são realizados através de financiamentos específicos de longo prazo. Para o capital de giro a companhia privilegia os recursos próprios e com o monitoramento constante do mercado em busca de financiamentos vantajosos do ponto de vista de custo de oportunidade e prazo de vencimento, com relação ao caixa disponível.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez.

Vide resposta da letra (d).

(f) Níveis de endividamento e financiamentos relevantes / (i) Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes**Quadro dos financiamentos existentes em 31/12/2016**

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
<u>Moeda interna</u>	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Financiamento para investimentos	6.192	7.187	6.192	7.242
Crédito Rural-EGF	41.039	17.019	41.039	17.019
Crédito Rural – recursos livres	61.140	37.402	61.140	37.402
Capital de giro	296.219	388.730	296.219	388.730
Arrendamento mercantil	-	-	300	467
Total	404.590	450.338	404.890	450.860
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	244	446	244	446
Capital de Giro – ACC	1.890	-	1.890	-
Capital de Giro-FINIMP	1.859	5.952	1.859	5.952
Total	3.993	6.398	3.993	6.398
TOTAL CIRCULANTE	408.583	456.736	408.883	457.258
PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
<u>Moeda interna</u>				
Financiamento para investimentos	32.000	31.645	32.000	31.645
Capital de giro	296.494	234.614	296.494	234.614
Crédito Rural – recursos livres	56.690	18.916	56.690	18.916
Arrendamento mercantil	-	-	-	300
Total	385.184	285.175	385.184	285.475
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamento para investimentos	455	1.376	455	1.376

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Total	455	1.376	455	1.376
TOTAL NÃO CIRCULANTE	385.639	286.551	385.639	286.851
Vencimentos de longo prazo	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
2017	-	201.994	-	202.294
2018	241.239	54.785	241.239	54.785
2019	126.403	11.904	126.403	11.904
2020	4.089	4.089	4.089	4.089
2021	3.936	3.936	3.936	3.936
2022	2.703	2.703	2.703	2.703
2023	2.147	2.147	2.147	2.147
2024	1.669	1.669	1.669	1.669
2025	1.791	1.662	1.791	1.662
2026	1.662	1.662	1.662	1.662
Total	385.639	286.551	385.639	286.851

	Indexador	Taxa
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	6,00% a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	4,90% a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32% a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,43% a.a
Crédito Rural – recursos obrigatórios	Pré-fixado	11,25% a.a
Crédito Rural – recursos livres	Pré-fixado	14,48% a.a
Crédito Rural – recursos livres	CDI	2,52% a.a.
Capital de Giro-FINIMP	VC US\$	4,16% a.a
Capital de Giro	CDI	2,72% a.a

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a. Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural – recursos obrigatórios - são contratados a taxa pré-fixada de 11,25%a.a., linhas de crédito rural com recursos livres são contratadas em taxa média pré-fixada de 14,48%a.a. e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária, aval, e penhor mercantil de estoques para as operações de crédito rural.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$ 1.225 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica a companhia, pois não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**(iii) Grau de subordinação entre as dívidas**

Não se aplica a companhia, pois não há grau de subordinação entre as dívidas.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não se aplica a companhia, pois não há restrições impostas.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

A JOSAPAR possui limites de financiamentos aprovados com diversas instituições financeiras, os quais se encontram parcialmente utilizados.

(h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As alterações mais significativas comparadas às demonstrações financeiras de 2016 com 2015 foram o aumento do saldo das contas de Disponibilidades, Clientes, Estoques e Adiantamento a fornecedores, aplicações estas devidamente financiadas por capital próprio e pela captação de recursos de terceiros de prazos mais longo, seguindo a gestão estratégica do capital de giro da Companhia. Essas alterações vêm de encontro ao processo contínuo de reforço de qualidade dos produtos da empresa. Também se observa a redução de prazo no endividamento financeiro da Companhia, fruto das piores condições de prazo e custo ofertadas pelo sistema financeiro.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 Os diretores devem comentar sobre:****(a) Resultados das operações do emissor, em especial:****(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita:**

- O faturamento da organização está distribuído entre diversos produtos. Sua composição por linha de produtos foi:

	2016
Arroz Branco	53%
Arroz Parboilizado	13%
Produtos valor agregado	10%
Feijão	5%
Adubo	13%
Imóveis	3%
Demais Produtos	3%
Total	100%

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os fatores que impactam diretamente na variação das receitas são o volume e preço das mercadorias vendidas, principalmente em relação ao preço da matéria prima do arroz.

(b) Variações das receitas atribuíveis à modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introduções de novos produtos e serviços

O aumento do faturamento bruto (R\$ 1,300 bilhão em 2016 contra R\$ 1,174 bilhão em 2015) é atribuído à composição de vendas físicas e nível de preços da matéria prima.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O reflexo da inflação está diretamente relacionado aos custos e despesas (ex. energia, embalagens, mão de obra, prestação de serviços), e diante do cenário atual que apresenta pressões inflacionárias contínuas o objetivo dos gestores está em proteger ao máximo a margem da Companhia perante esse efeito.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**10.3 Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras:****(a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica a companhia, pois não houve introdução ou alienação de segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação da participação societária

Não se aplica a companhia, pois não houve nova constituição, aquisição ou alienação societária.

(c) Eventos ou operações não usuais

Não se aplica a companhia, pois não houve quaisquer eventos ou operações não usuais.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 Mudanças nas práticas contábeis – ressalvas e ênfases:****(a) Mudanças significativas nas praticas contábeis**

Não se aplica a companhia, pois não houve mudança significativa nas praticas contábeis.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica a companhia, pois não houve mudança significativa nas praticas contábeis.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não se aplica a companhia, pois não houve ressalva ou ênfase no parecer.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As razões que levaram a Diretoria a adotar as medidas políticas contábeis e estimativas relacionadas pontualmente abaixo são buscar a total transparência e o melhor entendimento das demonstrações financeiras da empresa, além de seguir as melhores práticas contábeis e estar em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

- Apuração do resultado: As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência. As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador.

- Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

- Ativos e passivos financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.

- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 49 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

- Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão ajustados ao valor justo.

Imobilizado, intangível e diferido:

- Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

- A política de distribuição de lucros, não leva em conta, os impactos da adoção dos CPCs.

- O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

- A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

- Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

- Amortização do diferido, pelo método linear, a taxas anuais é de 10%. Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a empresa optou por continuar amortizando os saldos do diferido até atingir sua amortização total.

- A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Leasing e arrendamentos mercantil: A Companhia possui contratos de arrendamento classificados como financeiros. Esses são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos dos arrendamentos, sendo amortizados conforme vida útil do bem. Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que dessa forma seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo.

- Investimentos: Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

- As propriedades para investimento estão representados por imóveis pertencentes à controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas as demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

- Demais passivos circulante e não circulante: Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

- Imposto de Renda e contribuição social: Estão calculados com base no lucro real, sendo Imposto de Renda à alíquota de 15% mais 10% de adicional, e contribuição social de 9%. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos no ativo para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

- Utilização de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- Provisões para contingências: A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.
- Demonstrações financeiras consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:
 - A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
 - Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
 - As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
- Moeda: Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras:

Não há itens relevantes não evidenciados nas Demonstrações Financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados:

Não há comentários sobre itens não evidenciados.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

(a) Investimentos, incluindo:

(ii) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos da Companhia no ano totalizaram R\$ 9,9 milhões e foram realizados com vistas à ampliação da capacidade de armazenagem, secagem e beneficiamento, melhoria na gestão de processos e lançamento de novos produtos.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamentos para os investimentos realizados foram obtidas através de financiamentos utilizando linhas dos BNDES em operações indiretas e com a geração de caixa operacional da companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não se aplica a companhia, pois não houve, nem há desinvestimentos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica a companhia, pois não há aquisição que influencie a capacidade produtiva.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento:

A Josapar mantém diversas pesquisas em produtos relacionados à cadeia do arroz, soja, subprodutos derivados destes grãos e insumos agrícolas. A administração entende que uma abordagem pública mais específica e detalhada sobre esse tema possa comprometer o sigilo sobre a vanguarda dos possíveis lançamentos futuros.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

R\$ 642 mil foram gastos no desenvolvimento de novos produtos no decorrer do exercício.

(iii) Projetos em andamento já divulgados:

Não se aplica a companhia, pois não há projetos em andamento divulgados.

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços:

Vide resposta item (ii).

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens dessa seção:

Não se aplica à Companhia, pois não há outros fatores descritos nessa seção.